

As vicissitudes do fenômeno da *transferência* na relação padre formador/ seminarista

In: *Horizonte Teológico*, v. 7, p. 127-140, 2008.

**Cristiano Barbosa
Paulo Roberto Ceccarelli**

Introdução

O ser humano é essencialmente um ser relacional. Para as ciências humanas, o processo de socialização pelo qual o recém nascido passa para constituir-se, exige a presença dos outros humanos. Em outras palavras, a humanização exige o Outro. Trata-se de um processo gradual que a pessoa humana vivencia durante os primeiros anos de vida.

Em determinados momentos, certos acontecimentos, tanto internos quanto externos, direcionam a construção da psicosexualidade orientando, por assim dizer, o seu "processo de desenvolvimento" e orientando, futuramente, objetivos específicos. Exemplo destes são as relações entre as diversas vocações e direcionamentos profissionais tomados pelos indivíduos, e as bases libidinais que as sustentam. Deixaremos para outra ocasião a discussão sobre os elementos subjacentes a estas escolhas, embora, saibamos que elas trazem consigo processos que lhes são inerentes, ou seja, não se dão por acaso.

Quando um indivíduo se decide pelo caminho da vocação sacerdotal e deseja tornar-se padre da Igreja Católica Apostólica Romana deve, necessariamente, passar por um período formativo mínimo de cinco anos em um seminário. Neste período, o seminarista vive em regime de internato juntamente com outros seminaristas e com os chamados padres formadores. Os últimos são os responsáveis por acompanhar os seminaristas formandos durante todos estes anos auxiliando em seu desenvolvimento principalmente no que tange aos seguintes aspectos: acadêmico, espiritual, apostólico ou pastoral, moral, psicológico, afetivo, etc. (Código do Direito Canônico, 2001, p. 86, nota de rodapé).

Não é nosso objetivo tratar em profundidade os pré-requisitos necessários para tornar-se formador, mesmo porque necessitaríamos de uma ampla pesquisa para se conhecer a especificidade da formação de tais pessoas na atual realidade dos seminários católicos brasileiros. Além disso, exigiria outros estudos para, frente às necessidades reais da formação, se conhecer um perfil minimamente adequado de formador que trabalha em ambientes formativos eclesiais de modo a favorecer o desenvolvimento dos futuros padres da Igreja católica.

Tampouco queremos afirmar que um padre destinado à formação deva fazer um curso de psicologia, ou mesmo passar, obrigatoriamente, por uma análise pessoal. Porém, o conhecimento de alguns processos básicos que regem o funcionamento psíquico seria, indiscutivelmente, de grande valia para um acompanhamento mais adequado e saudável fosse oferecido ao formando seminarista.

Enfim, queremos dizer que compreender certos movimentos constitutivos do psiquismo seria importante para o que formador pudesse desempenhar da melhor forma possível sua função. Por tratar-se de um processo que envolve relações entre pessoas, são necessários conhecimentos específicos para bem conduzir o processo. Acreditamos que alguns postulados psicanalíticos poderiam ser de grande ajuda nesta empreitada.

Pelo fato de a relação formador-formando pressupor certa verticalidade de conhecimentos¹, autoridade hierárquica e até certa submissão voluntária, tal como se estabelece naturalmente na relação entre um *mestre e seu discípulo* ou entre um *professor e seu aluno*, julgamos ser a relação entre um *formador e seu formando* um *locus relacional* privilegiado e propício para a manifestação do fenômeno transferencial descrito por Freud.

Sobre transferência e contratransferência

Como já dissemos no início deste texto, o desenvolvimento humano exige a presença do outro, de uma alteridade. Por entendermos o processo formativo como um processo relacional criador de subjetividade, parece-nos importante conhecer os elementos presentes nesse processo. Ainda que Freud não tenha abordado explicitamente a temática da alteridade, podemos encontrar, em sua obra, diversos elementos elucidadores sobre o tema (MOREIRA, 2002). Dentre eles, gostaríamos de refletir sobre dois pontos particularmente centrais da relação analítica, mas presentes, também, em outros ‘lugares relacionais’, em outros tipos de relações estabelecidas e formais: a *transferência/contratransferência* e a *identificação*.

Ao falar a respeito da transferência Freud (FREUD, 1905, p. 113) escreve:

Que são transferências? São as novas edições, ou fac-símiles, dos impulsos e fantasias que são criados e se tornam conscientes durante o andamento da análise; possuem, entretanto, esta particularidade, que é característica de sua espécie: substituem uma figura anterior pela figura do médico. Em outras palavras: é renovada toda uma série de experiências psicológicas, não como

¹ O padre formador é aquele que “sabe”, o detentor do conhecimento, enquanto que o seminarista formando é aquele que prioritariamente deve aprender e estar aberto à aprendizagem.

pertencentes ao passado, mas aplicadas à pessoa do médico no momento presente.

Trata-se de um fenômeno inevitável na prática analítica:

Se examinarmos a teoria da técnica analítica, tornar-se-á evidente que a transferência é uma necessidade inevitável. A experiência prática, pelo menos, prova que não existem meios de evitá-la, e que esta última criação da doença deve ser combatida como as anteriores. (FREUD, 1905, p. 113).

Em seguida, Freud (FREUD, 1905, p. 113) afirma que a transferência deve ser elucidada, porém, não se deve tomar conclusões precipitadas a seu respeito. Inclusive, não é possível evitar a transferência no processo analítico:

Não obstante, a transferência não pode ser evitada, já que podemos usá-la para estabelecer todos os obstáculos que tornaram inacessível o material para o tratamento, e já que é somente depois de analisada a transferência que o paciente atinge um sentido de convicção da validade das ligações estabelecidas durante a análise.

Afirma, portanto, que o material transferencial deve ser analisado para que o paciente tome consciência de seu real desejo. Para Freud, mesmo parecendo um grande obstáculo à análise, a transferência é útil e fundamental no desenvolvimento do trabalho analítico, na medida em que o terapeuta a identifica sempre que ela se evidencia e a elucida ao paciente. Importante é notar que Freud (FREUD, 1905, p. 114) afirma que o processo analítico não é o responsável por gerar o fenômeno transferencial, mas apenas por atualizá-lo:

O tratamento psicanalítico não *cria* transferência, mas simplesmente revela-a, como tantos outros fatores psíquicos ocultos. [...] A transferência, que parece predestinada a agir como maior obstáculo à psicanálise, torna-se seu mais poderoso aliado, se sua presença puder ser detectada a cada vez, e explicada ao paciente.

Em seu artigo “A dinâmica da transferência”, Freud (FREUD, 1912, p. 140) diz que o fenômeno transferencial pode manifestar-se na forma de *resistência*. Neste sentido, ele propõe a consideração de dois tipos de transferência, uma positiva e outra negativa:

Temos de nos resolver a distinguir uma transferência ‘positiva’ de uma ‘negativa’, a transferência de sentimentos afetuosos da dos hostis, e tratar separadamente os dois tipos de transferência. A transferência positiva é ainda divisível em transferência de sentimentos amistosos ou afetuosos, que são admissíveis à consciência, e transferência de prolongamentos desses sentimentos no inconsciente. Com referência aos últimos, a análise demonstra que invariavelmente remontam a fontes eróticas. E somos assim levados à descoberta de que todas as relações emocionais de simpatia, amizade, confiança e similares, das quais podemos tirar bom proveito em nossas vidas, acham-se geneticamente vinculadas à sexualidade e se desenvolveram a partir de desejos puramente sexuais, através da suavização de seu objetivo sexual, por mais puros e não sensuais que possam parecer à nossa autopercepção consciente.

Deste texto de Freud podemos concluir que há a possibilidade de ocorrência de relações transferenciais também fora do âmbito terapêutico uma vez que

Originalmente, conhecemos apenas objetos sexuais, e a psicanálise demonstra-nos que pessoas que em nossa vida real são simplesmente admiradas ou respeitadas podem ainda ser objetos sexuais para nosso inconsciente. (FREUD, 1912, p. 140).

Laplanche e Pontalis (1988) afirmam que a transferência é o principal lugar onde se desenvolve o tratamento psicanalítico, sendo a grande especificidade do método em psicanálise. Dá-nos uma sintética e útil definição para o conceito da transferência:

Designa em psicanálise o processo pelo qual os desejos inconscientes atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e, eminentemente, no quadro da relação analítica. Trata-se de uma repetição de protótipos infantis vivida com uma sensação de atualidade acentuada. [...] Na origem, a transferência, para Freud, não passa, pelo menos no plano teórico, de um caso particular de deslocamento do afeto de uma representação para outra. (LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B, 1988, p. 668).

Durante a análise, pela transferência, o paciente pode deslocar inconscientemente seu afeto ao médico fazendo com que este represente para ele uma figura parental prototípica, que era temida ou amada.

O mesmo autor define outro processo, intimamente ligado à transferência, igualmente importante para os objetivos deste trabalho, a *contratransferência*:

Conjunto das reações inconscientes do analista à pessoa do analisando e mais particularmente à transferência deste. [...] Do ponto de vista da delimitação do conceito, encontramos largas variações, pois certos autores entendem por contratransferência tudo o que, da personalidade do analista, pode intervir no tratamento, e outros limitam a contratransferência aos processos inconscientes que a transferência do analisando provoca no analista. (LAPLANCHE, 1988, p. 146-7).

A contratransferência é, segundo Araújo (2003), uma forma de transferência do analista em relação ao paciente. “A contratransferência - ou transferência recíproca - constitui-se num fenômeno prejudicial para os objetivos de uma análise”. (ARAÚJO, 2003, p. 61).

Como vemos, embora a contratransferência seja um conceito importante, transferência e contratransferência são dois lados de uma mesma moeda: ambas definem movimentos pulsionais que são atualizados em toda e qualquer relação entre dois sujeitos.

Para Etchegoyen (1989) o conceito de transferência é “uma das maiores contribuições de Freud à ciência e também o pilar do trabalho psicanalítico” (ETCHEGOYEN, 1989, p. 51). Buscando uma definição, o autor observa que já no capítulo sétimo da obra “A interpretação

dos Sonhos”, Freud utiliza-se deste conceito para falar do deslocamento do desejo no processo de elaboração onírica:

O desejo inconsciente não poderia chegar nunca à consciência, nem burlar os efeitos da censura, se não inscrevesse sua carga em um resto diurno pré-consciente. A esse processo mental, Freud também chama de *transferência* (“Übertragung”).[...] Entre nós, Avenburg (1969) e Césio (1976) opinam dessa forma. Avenburg diz, por exemplo, que a transferência não é outra coisa que utilizar o analista como resto diurno, em si mesmo indiferente, como suporte do desejo inconsciente e de seu objeto infantil. (ETCHEGOYEN, 1989, p. 52).

Mais especificamente, afirma que

Trata-se de um fenômeno geral, universal e espontâneo, que consiste em unir o passado com o presente mediante um falso enlace que superpõe o objeto original ao atual. Esta superposição do passado e do presente está vinculada a objetos e desejos pretéritos, que não são conscientes para o sujeito e que lhe dão à conduta um selo irracional, onde o afeto não aparece ajustado nem em qualidade nem em quantidade à situação real, atual. [...] A vida emocional que o paciente não pode recordar, conclui, é revivenciada na transferência, e é ali onde deve ser resolvida. (ETCHEGOYEN, 1989, p. 54).

Embora a transferência seja um elemento central para que o trabalho analítico ocorra, ela tem um caráter universal e espontâneo, podendo ocorrer também nas diversas situações cotidianas que envolvam a relação entre pessoas.

Da identificação

Os processos transferências descritos só são possíveis devido às identificações que os sustentam. Na obra de Freud, o conceito de identificação aparece bem cedo. Aos poucos, torna-se um dos pontos centrais em suas reflexões teórico-clínicas. Em 1896, o termo é mencionado pela primeira vez e em 1938, quando morava em Londres, Freud faz ainda alguns comentários sobre a questão. Talvez seja no Cap. VII de *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego* (FREUD, 1921) que encontramos uma das melhores passagens sobre o tema. Freud, entretanto, não chega a dar uma formulação definitiva a este processo. E em 1933 ele diz não estar inteiramente satisfeito com suas conclusões sobre o tema. (FREUD, 1933, p. 81). Embora fuja ao escopo deste trabalho discorrer sobre a teoria da identificação em psicanálise, cabe lembrar que a identificação é um processo inconsciente que possui uma dinâmica própria, constituindo-se "a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa" (FREUD, 1921, p. 133): o sujeito se constitui através de uma série de identificações. A grande dificuldade em se falar dos processos identificatórios deve-se ao fato de seus conteúdos não poderem ser objetivamente verificáveis por estarem subordinados ao universo fantasmático, e intimamente relacionados com a particularidade dos conteúdos do recalcado próprio a cada

ser humano. No recalcado, que contém a singularidade das vicissitudes pulsionais de cada um, encontram-se a história das escolhas de objeto, as vicissitudes das pulsões, a errâncias da libido, assim como os caminhos do desejo em suas tentativas de realização alucinatória. (CECCARELLI, 1997.) Lembremos, finalmente, que a identificação, em suas múltiplas apresentações, é um processo presente ao longo da toda a vida do sujeito em suas relações com os outros.

Resumindo: a transferência é um fenômeno atemporal que promove a reatualização das identificações constituintes e constitutivas do humano. Devido à transferência, conteúdos inconscientes infantis recalcados são "transferidos" e reeditados nas nossas experiências cotidianas e em nossas relações de objeto, o que lhes dá coloridos os mais diversos. No processo analítico, a transferência é utilizada de modo terapêutico, possibilitando que o sujeito revise seus caminhos identificatórios, permitindo-lhe transformar o sofrimento em experiência.

Considerações acerca da transferência e das identificações no processo formativo

A relação entre *acompanhante espiritual e acompanhado*² não está ao abrigo, como observa Araújo (2003), da transferência e das identificações que este encontro produz. Fazendo uma analogia entre *analista-analisando* e *acompanhante espiritual-acompanhado*, Araújo sugere que:

O fenômeno transferencial condiciona as relações humanas de um modo geral. Não obstante, em certos tipos de interação, esse fenômeno costuma se fazer presente com particular intensidade. São eles: as relações entre médico e o enfermo, entre o professor e o aluno e entre o mestre e o discípulo – o padre e o fiel. (ARAÚJO, 2003, p. 60).

Se o binômio transferência/identificação baliza as relações humanas em geral, seguramente estará presente nas interações entre formando e formador. Portanto, parece-nos pertinente a tentativa de elucidação e compreensão das ocorrências, em diferentes graus, tanto dos fenômenos transferenciais, quanto das identificações, em ambientes formativos, especificamente entre um padre formador e um seminarista formando. Devido à organização relacional do processo formativo, nele estão colocadas as condições propícias para a atualização da transferência. Vejamos algumas possíveis decorrências do conhecimento de tais fenômenos por parte de um padre formador.

² O que chamamos de acompanhamento espiritual faz parte de uma prática de oração católica de espiritualidade jesuíta chamada de *exercícios espirituais*. Tal acompanhamento é uma relação na qual o acompanhado expõe os conteúdos de sua vida espiritual ao acompanhante. Dá-se na forma de encontros privados e freqüentes em caráter confidencial e de absoluta confiança.

Conforme vimos, para Freud (1905), uma vez detectada a transferência, esta deve ser explicada ao paciente para que este tome consciência de seu real desejo. Assim também deve ocorrer no processo formativo. Por exemplo, suponhamos que a transferência apareça na forma de uma dependência excessiva do formando em relação ao seu formador (reedição de uma identificação paterna?). Tal dependência pode configurar-se num grande obstáculo ao desenvolvimento do seminarista. Portanto, seria importante que o formador estivesse consciente da dinâmica deste processo, buscando identificá-lo para elucidá-lo ao formando sempre que este manifeste comportamentos de excessiva dependência. Neste caso, dependendo do grau de dependência e da negação gerada no formando pela elucidação do processo transferencial, a recomendação de psicoterapia seria a melhor opção.

Outra possível ocorrência seria a ‘transferência negativa’, descrita por Freud. Na relação formador-formando, esta transferência poderia ocorrer na forma de uma resistência excessiva por parte do seminarista frente às propostas do padre formador (reedição de identificações ambivalentes?). Não se trata, evidentemente, do mesmo grau que ela se manifestaria no caso de um paciente em trabalho analítico. Frente a uma clara resistência, caberia à sensibilidade do formador identificar a transferência ocorrida e elucidá-la ao formando. Propor-lhe a análise com um profissional capacitado seria um dos caminhos possíveis para que o seminarista pudesse trabalhar mais profundamente tais questões.

Da mesma forma podemos exemplificar a ocorrência da transferência por parte do formador. Retomemos o exemplo onde o seminarista formando começa a apresentar certa dependência em relação ao padre formador, demandando deste que “ocupe em sua vida o lugar de um dos pais” (ARAÚJO, 2003, p. 63). Ora, como o formador reagirá a esta demanda? A resposta que ele dará guarda relações diretas com as suas próprias identificações. Por exemplo, ele poderia manifestar um interesse exagerado pelo formando, por sua melhora diante de uma situação de conflito e sofrimento ou, por sentimentos de fracasso por parte do padre formador frente a tal situação do seminarista formando (BARRY, W. A.; CONNOLLY, W. J. A, 1985. p. 178-179). Praticamente, seria o mesmo que o padre formador assumir a postura de ‘pai provedor’, demandada na transferência pelo seminarista formando. Um conhecimento a respeito dos processos aqui estudados poderia ajudar o formador a identificá-los no formando e em si para assim evitar comportamentos e posturas inadequadas. Caberia ao padre formador, a mesma recomendação que Freud faz ao analista quando recomenda que este também se submeta à análise pessoal (LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B, 1988, p. 145).

É preciso considerar que a temática estudada traz importantes contribuições para aqueles que trabalham direta ou indiretamente com os formandos dos seminários católicos. A realidade da formação presbiteral católica necessita da reflexão oferecida pelos paradigmas do mundo moderno. Um processo de formação que se pretende humanizador não deve prescindir de boas bases teóricas, nem ignorar, e muito menos temer, os conhecimentos a respeito do homem propostos pela psicanálise. É preciso clareza, serenidade e seriedade para caminhar sem preconceitos. A formação presbiteral precisa ser visitada por conhecimentos sólidos geradores de práticas de liberdade e humanização. O universo formativo católico não pode ignorar a lógica destes processos e das mudanças inerentes a eles. O caminho deve ser o da abertura e da reflexão para se aceitar que se deve buscar uma formação mínima para os formadores.

O conhecimento a respeito da transferência e dos movimentos identificatórios pode ajudar a tornar a relação formador-formando um ‘lugar alteritário’ mais realizador do humano para todos os envolvidos no processo.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, R. T. **Os Exercícios segundo a psicanálise**. Belo Horizonte, 2003 (material fotocopiado).

BARRY, W. A.; CONNOLLY, W. J. **A prática da direção espiritual**. São Paulo: Loyola, 1985.

CECCARELLI, P. R.; O mal-estar na identificação. In: **Boletim de Novidades da Livraria Pulsional**. São Paulo, ano X, 93, 37-46, jan. 1997.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II, Papa. Edição revista e Ampliada com a legislação complementar da CNBB. São Paulo: Loyola, 2001.

ETCHEGOYEN, R. H. **Fundamentos da técnica psicanalítica**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREUD, S. (1905) **Fragmento da análise de um caso de histeria**. In. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol.VII. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

_____ (1912) **A dinâmica da transferência**. In. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol.XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____ (1921) **Psicologia de grupo e análise do Ego**. In. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol.XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____ (1933) **Novas conferências introdutórias da psicanálise. Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica**. In. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol.XXII Rio de Janeiro: Imago, 1976

LAPLANCHE J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. 10.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MOREIRA, J. O. **Figuras de alteridade no pensamento freudiano**. São Paulo, 2002. (tese de doutoramento – material fotocopiado).

Cristiano Barbosa*

*Psicólogo, Mestre em Psicologia pela PUC-MG

Paulo Roberto Ceccarelli*

* Psicólogo; psicanalista; Doutor em Psicopatologia Fundamental pela Universidade de Paris VII; Membro da Associação Universitária em Psicopatologia Fundamental; Membro da "Société de Psychanalyse Freudienne", Paris, França; Sócio de Círculo Psicanalítico de Minas Gerais; Professor Adjunto III no Departamento de Psicologia da PUC-MG (graduação e pós-graduação).